

**O SUJEITO NA SOCIEDADE:
A PERSPECTIVA DE UM "OLHAR" FILOSÓFICO
NAS PRIMEIRAS ESTÓRIAS, DE GUIMARÃES ROSA**

Ana Maria Rocha Soares (UESB)

anamarialiterata@yahoo.com.br

Márcio Roberto Soares Dias (UESB)

RESUMO

Discute-se em "O Espelho", da obra *Primeiras Estórias* (1962), de João Guimarães Rosa, os mecanismos político-ideológicos responsáveis pelo ajustamento e adequação do sujeito às convenções e normas do meio social do qual este é oriundo. No conto, João Guimarães Rosa nos apresenta um protagonista que faz uma reflexão sobre seu ser e sobre sua condição enquanto indivíduo social no mundo e, para tal, revela-se dotado de um discurso capaz de refletir e expressar, de forma consciente, as suas limitações enquanto sujeito autônomo, assim como capaz de questionar as razões que o limitam. Assim, as reflexões do narrador-personagem do conto vislumbram que comportamentos e ações do indivíduo estão, na maioria das vezes, em conformidade com uma ordem previamente estabelecida – os preceitos, as condutas, as funções. Nesse sentido, este trabalho discute, a partir da aludida obra, até que ponto o indivíduo pode ser considerado um ser autônomo na medida em que ele está, involuntariamente, submetido a papéis previamente delimitados por uma ordem social da qual é oriundo. Para isto, parte-se da perspectiva de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012), de que a realidade – enquanto construído de aparelhos ideológicos dominantes – consegue ser, mediante os mesmos mecanismos ideológicos, aquela que determina comportamentos, ações e a identidade do sujeito. Ademais, reporta-se às contribuições de Henri Bergson, sobretudo quanto ao conceito de percepção discutido no livro *Matéria e Memória*. Por conseguinte, a nossa proposta parte da perspectiva de que aquilo que comumente se concebe como identidade do sujeito nada mais é que um "construído" político-ideológico previamente determinado que circunscreve e delimita esse indivíduo.

Palavras-chave: Sujeito. Filosofia. Guimarães Rosa. *Primeiras histórias*.

*...esse estar e não-estar,
/esse não-estar já sendo
/esse ir como esse refluir.*

Carlos Drummond de Andrade. (*Claro Enigma*).

Uma especificidade correntemente apontada por parte da crítica da obra de João Guimarães Rosa reside na capacidade que o autor tem de fundir elementos culturais de dois mundos tão diversos e, até certo ponto, antagônicos: o moderno e o tradicional (arcaico), o urbano e o rural. Conseguir transitar entre esses dois mundos e, especialmente, por dotar a

obra de realidades culturais tão distintas – mas que se fundem e coexistem – são singularidades que, conforme a crítica, tem garantido ao escritor mineiro a notoriedade e um espaço consagrado na história da literatura brasileira.

Além desses aspectos, outro que considero relevante na obra de João Guimarães Rosa é a habilidade que ele tem de se desdobrar enquanto escritor: além de prosador, João Guimarães Rosa é poeta e também filósofo. Suas narrativas – que se estendem entre contos e romance – já definiram um espaço bastante representativo ao autor no cenário artístico-cultural brasileiro. Os procedimentos de (des)articulação/(re)articulação da palavra, de desconstrução/reconstrução de sentidos, bem como de criação da língua (neologismos) já vislumbram um João Guimarães Rosa poeta. Por sua vez, a capacidade de refletir – e fazer refletir – o sentido da vida e da existência corrobora o João Guimarães Rosa filósofo. Mais precisamente neste terceiro aspecto recai o meu interesse para a discussão que aqui se engendra.

E, nesse propósito, "O Espelho", da obra *Primeiras Estórias* (1962), constitui, sem dúvida, uma das maiores expressões da inclinação metafísica do ficcionista. Se, por um lado, o poético na prosa do autor consegue suscitar uma reflexão atinente às imbricações político-culturais que perpassam o processo de adoção de uma modalidade linguística em detrimento de outras variedades; por outro lado, o filosófico na obra rosiana figura como uma estratégia discursiva que intenta desvelar mecanismos político-ideológicos responsáveis pelo ajustamento e adequações do sujeito às convenções e normas do meio social do qual ele é oriundo.

Outro procedimento estilístico vislumbrado na obra em questão recai sobre a adoção do narrador, o que não se dá de maneira casual. A depender da circunstância (ou realidade) a ser pretensamente representada, o nosso escritor outorga ao narrador um papel um tanto significativo. Para garantir maior credibilidade ao fato (experiência) que é descrita (e narrada), João Guimarães Rosa opta por um narrador cujo discurso (enunciado) condiz com a circunstância (ou problemática) sociocultural em que se inscreve esse sujeito. O processo de caracterização dessa circunstância a que se atenta o nosso autor - seja diante de uma questão ou problema mais prosaico ou informal, seja numa situação que requer um grau maior de abstração ou intelectualidade – pode ser observado pelo critério com o qual ele adota o narrador. O grau de escolaridade deste é condizente com uma circunstância discursiva específica de um homem econômica e culturalmente localizado.

A adoção da narrativa em primeira pessoa constitui, muitas vezes, uma forma de efetivar um discurso próprio de quem o produz. Quando para ilustrar a fala do homem interiorano (rural), por exemplo, João Guimarães Rosa se vale de um narrador cujo discurso é eminentemente oral porque proferido por quem efetivamente o produz. Por sua vez, quando em reflexões metafísicas sobre o sentido da vida e do homem, o prosador adota um narrador cujo grau de escolaridade lhe permite fazer abstrações que são da ordem de um interesse não só particular, mas de todo homem.

Em "O Espelho", o prosador faz uso de uma estratégia discursiva na medida em que traz um narrador cujo discurso evidencia uma linguagem culta que lhe garante uma autoridade para refletir sobre os mecanismos político-ideológicos que são responsáveis pelo aprisionamento do homem em relação a si mesmo e à própria vida. O narrador (cujo nome não é mencionado) faz uma reflexão sobre seu ser e sobre a sua condição enquanto indivíduo social no mundo. Narrador esse dotado de um discurso capaz de refletir e expressar, de forma consciente, as suas limitações enquanto sujeito autônomo, bem como capaz de questionar as razões que o tornam limitado.

Nesse sentido, este trabalho discute, a partir de "O Espelho", do aludido autor, até que ponto o indivíduo pode ser considerado um ser autônomo na medida em que ele está, involuntariamente, submetido a papéis previamente delimitados por uma ordem social da qual oriundo. Para tal, parte-se da perspectiva de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012) de que a realidade – enquanto construto de aparelhos ideológicos dominantes – consegue ser, mediante os mesmos mecanismos ideológicos, aquela que determina comportamentos, ações, enfim o ser do sujeito. Por conseguinte, a nossa proposta parte da premissa de que aquilo que, na maioria das vezes, se concebe como identidade do sujeito nada mais é que um “construto” político-ideológico que antecede o sujeito e este, por sua vez, inconscientemente, o adota como naturalmente seu. E, nesse sentido, as reflexões do narrador-personagem do conto vislumbram que comportamentos e ações do indivíduo estão, na maioria das vezes, em conformidade com uma ordem previamente estabelecida – os preceitos, as condutas, funções, papéis.

O narrador, consciente de tal mecanismo, mostra-se capaz de simular uma situação mediante a qual ele tenta se reconhecer enquanto sujeito autônomo, enquanto indivíduo desvinculado das convenções e amarras que se lhe imprime o meio social de que faz parte. Utilizando-se

também de um "espelho", o empreendimento que o protagonista engendra consiste, primeiramente, reconhecer-se a si mesmo mediante o "outro" (do espelho).

Desse modo, efetivar esse processo de autoconhecimento implica necessariamente um conhecimento de si enquanto "outro" (concreto, acessível) para, posteriormente, empreender um processo de desfiguração/regressão do "outro" - através do qual o sujeito (eu) se encontra e se define - e, finalmente, se reconhecer enquanto sujeito autônomo do "outro". O processo pode ser resumido, mais ou menos, assim: na medida em que - para o sujeito - lhe falta seu ser (identidade), o "outro" do espelho figura como a própria realidade da qual o eu (que observa) quer se desvincular, uma vez que esta "anula" a identidade desse sujeito.

Processo esse em que o narrador adota o procedimento do "face a face" através do qual, conforme Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012) o "outro" consegue ser mais acessível e, por conseguinte, mais real para o "eu" do que quando do "eu" para si mesmo. Assim,

Na situação face a face o outro é plenamente real. [...] Entretanto só se torna real para mim no pleno sentido da "palavra" quando o encontro pessoalmente. De fato, pode-se afirmar que o outro na situação face a face é mais real para mim que eu próprio. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 46)

E é "o espelho" que permite o embate entre o eu (sujeito) e o "outro" (eu), na perspectiva de um reconhecimento de um "eu" desvinculado (ou liberto) desse "outro". Este representa, assim, a roupagem de que o sujeito operante precisa se despir, uma vez que, para esse sujeito, o reconhecimento de si mediante o outro implica, necessariamente, o desconhecimento de si enquanto sujeito autônomo. Eis aí o segundo processo também intermediado pelo espelho. Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann conseguem, mais uma vez, elucidar tal engenho:

Por conseguinte, "aquilo que ele é" me é continuamente acessível. Essa acessibilidade é ininterrupta e precede a reflexão. Por outro lado, "aquilo que sou" não é acessível assim. Para torná-lo acessível é preciso que eu pare, detenha a contínua espontaneidade de minha experiência e deliberadamente volte a minha atenção sobre mim mesmo. Ainda mais, esta reflexão sobre mim mesmo é tipicamente ocasionada pela atitude com relação a mim que o *outro* manifesta. É tipicamente uma resposta "de espelho" às atitudes do outro. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p.47).

No conto em estudo o protagonista mostra-se cético quanto à suposta crença do interlocutor de que o "espelho" (objeto) consiga ser fidedigno ao que reflete do homem - ou do fato -; bem como o protagonista questiona a suposta veracidade que comumente se atribui à fotografia. E,

por conta disso, o desafio à credibilidade do interlocutor (e/ou leitor): até que ponto confiar no que revela o "espelho" ou, até mesmo, no que se nos mostra a fotografia, que se presume ser mais fiel ao veraz?

E interpela o ouvinte: "O senhor, por exemplo, que sabe e estuda, suponho que nem tenha ideia do que seja na verdade – um espelho?" (ROSA, p.119). E continua a incitar o interlocutor:

Fixemo-nos no concreto. O espelho, são muitos, captando-lhe as feições; todos refletem-lhe o rosto, e o senhor crê-se com o aspecto próprio e praticamente imudado, do qual lhe dão imagem fiel. [...] E onde situar o nível e ponto dessa honestidade? Como é que o senhor, eu, os restantes próximos, somos, no visível? (ROSA, p. 119-120)

Como se vê, patenteia-se no conto a linguagem filosófica, a palavra poeticamente metafísica quando para expressar (e sugerir) as dúvidas existenciais do homem. João Guimarães Rosa tematiza, dessa maneira, a angústia do indivíduo quanto à necessidade de se reconhecer – e se definir – enquanto sujeito autônomo dentro de uma sociedade que, para se constituir enquanto realidade, utiliza-se de um processo "modelador" e, às vezes, "castrador" e que implica, necessariamente, a constituição do sujeito que dela faz parte.

Em "O Espelho", João Guimarães Rosa opta por esse narrador filosófico cuja concepção coincide com as ideias de Henri Bergson (*apud* BITTERBIER) acerca da percepção e consciência. Narrador esse que questiona a circunstância de vida - e, portanto, de realidade - previamente delimitada e imposta ao homem. E, enquanto indivíduo inserido nesse sistema, ele reflete as consequências da ação dos mecanismos ideológicos na construção desse homem (ser).

Nesse sentido, torna-se pertinente reportar às contribuições de Henri Bergson para esclarecer a discussão que, aqui, se empreende. No artigo intitulado "A percepção consciente segundo Bergson", Solange Bitterbier elucida o conceito de percepção quando ao discutir o capítulo I do livro *Matéria e Memória*, do aludido filósofo.

Ela parte da discussão de que Henri Bergson concebe o universo como um conjunto de imagens, dentre as quais se situa também o homem (ainda não constituído em sujeito; ou seja, enquanto corpo). Nesse universo, a imagem-corpo assume uma posição privilegiada por se tratar de um centro de indeterminação quando afetado por estímulos externos (outras imagens). Nesse caso, os estímulos levam o indivíduo - dentro desse campo de imagens (e de possibilidades) - a hesitar diante das opções de

escolha e, como tal, a agir.

A circunstância é mais ou menos assim: O sujeito, situado nesse campo de imagens, se encontra na situação de que a imagem do corpo [e do sujeito] prevalece sobre as demais mediante as afecções, as quais constituem o elemento diferenciador do sujeito em relação às demais imagens. Elas tanto podem impelir o sujeito a agir quanto levá-lo a uma hesitação diante dos estímulos. Daí a ação do sujeito mediante as possibilidades de escolha, já que tem que optar por uma ação possível da imagem-corpo, que, por sua vez, é o que permite a percepção. Esta dar-se-á a partir do proveito que o corpo - enquanto imagem privilegiada - possa ter das imagens ao seu redor. Nesse caso, o sujeito faz uma espécie de recorte dentre as imagens, destacando aquela que de imediato atende à sua intencionalidade. Quanto a esse processo, Solange Bitterbier (p. 236) esclarece: "Esse recorte da percepção é a representação da matéria. Nesse sentido, nossa representação nada mais é do que a imagem tomada isoladamente, destacando-se das demais".

E cita Henri Bergson:

O que é preciso para obter essa conversão [a passagem da imagem para a sua representação] não é iluminar o objeto, mas ao contrário obscurecer certos lados dele, diminuí-lo da maior parte de si mesmo, de modo que o resíduo, em vez de permanecer inserido no ambiente como uma *coisa*, destaque-se como um *quadro*. (BERGSON *apud* BITTERBIER, p. 264)

Ademais, para a discussão que aqui se propõe, torna-se pertinente, mais uma vez, considerar os estudos de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann em *A Construção da Realidade* (2012), sobretudo, por considerarem, a partir de Marx, “a consciência do homem determinada por seu ser social” (p. 16) e, também, por destacarem o caráter intencional da consciência: de ser esta sempre dirigida a um objeto, de “tender para” algo já previamente delimitado (p. 37). Eles ressaltam, ademais, a capacidade que a consciência tem de transitar entre diferentes esferas da realidade e, portanto, de se deslocar de uma dada realidade para outra. Não obstante, dentre as realidades concebidas, a da vida cotidiana tem a primazia de ser adotada como de excelência, já que é esta que se apresenta ao sujeito de maneira mais intensa. É aquela imediata. É, consoante os estudiosos, aquela previamente constituída, definida e dada ao sujeito.

Por sua vez, a linguagem é o que constitui o instrumento de objetivação dessa realidade dotando-a de sentido, bem como é ela que determina a ordem em que essa realidade é constituída – e apreendida. A experimentação dessa realidade cotidiana se dá em diferentes graus de

aproximação, o que é determinado pelo grau de interesse ou premência do sujeito.

Levando-se, pois, em conta de que a linguagem, conforme Mikhail Bakhtin (2004), constitui o instrumento ideológico por excelência, esta discussão parte do pressuposto de “que não há pensamento humano que seja imune às influências ideologizantes de seu contexto social” (BERGER & LUCKMANN, p.22).

Discutindo a forma como o processo ideológico dominante atua sobre o indivíduo, Marilena de Souza Chauí (2004, p. 39 e 41) afirma:

A ideologia é uma das formas da *praxis* social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações sobre a realidade.

[...] o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas.

Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência das divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação; [...]

Diante disso, pode-se dizer que a ideologia constitui um dos maiores instrumentos de construção do que o indivíduo – inserido num dado grupo social – concebe como pertinente à sua identidade. A realidade imediata do sujeito constitui ao que lhe é anteriormente legado pela sociedade da qual ele é oriundo. O sujeito assume, assim, papéis, funções que uma ideologia dominante previamente determina.

É sabido que a maior preocupação de João Guimarães Rosa recai sobre as circunstâncias socioculturais específicas de uma dada região, sobretudo o sertão mineiro. E, mais precisamente dentro desse espaço geográfico, o mundo rural constitui a realidade de maior interesse do autor, tanto é que a maioria das suas narrativas é ambientada nessas regiões interioranas. Daí dizer que o escritor mineiro prioriza em sua obra a realidade da vida cotidiana: o modo de vida do vaqueiro, do capiau, do jagunço.

Contudo, João Guimarães Rosa também consegue transitar de uma realidade cotidiana para mundos (ou zonas) diferentes. Nosso autor consegue fazer uma espécie de deslocamento da realidade circunstante para zonas desconhecidas ou vagas quando, por exemplo, em muitas de suas narrativas, personagens vivenciam circunstâncias que aludem à pos-

sibilidade de uma vida eterna como superação do mundo físico (ou vida cotidiana). É o que ocorre, por exemplo, no conto *A Terceira Margem do Rio*. Tal deslocamento de interesse (zona) – ou da consciência do autor – vislumbra o que Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012) defendem quanto à capacidade que tem nossa consciência de, embora tender para a apreensão do imediato, do cotidiano, conseguir transitar entre diferentes zonas (ou realidades).

"O Espelho" patenteia tal discussão. A história é contada por um narrador-personagem que relata uma experiência de vida própria. Com o fito de incitar o seu ouvinte (interlocutor) para uma reflexão existencial, bem como tentando angariar a credibilidade do ouvinte quanto ao que está sendo relatado, o narrador – com vistas a uma discussão pertinente à sua realidade imediata (cotidiana) simula uma espécie de experiência cuja realidade destoa daquela que a experiência cotidiana permite.

Assim, o grau de interesse do sujeito-narrador – ainda que preso à realidade imediata – se desloca para outra realidade com vistas a essa mesma realidade cotidiana. E, como tal, busca validar aquilo que, na ordem do seu interesse, pode ser também do interesse dos outros. Eis a razão de ele compartilhar a experiência realizada.

E a tomada de consciência do narrador revela-se num jogo de dois "espelhos". A posição de um (espelho da porta lateral) permite ao personagem ver-se a si mesmo no outro espelho (de parede):

Foi num lavatório de edifício público, por acaso. Eu era moço, comigo contente, vaidoso. Descuidado, avistei... Explico-lhe: dois espelhos – um de parede, o outro de porta lateral, aberta em ângulo propício – faziam jogo. E o que enxerguei, por instante, foi uma figura, perfil humano, desagradável ao derradeiro grau, repulsivo, senão hediondo. [...] E era – logo descobri... era eu, mesmo! [...] (ROSA, p. 122)

Figuram aí, nesse jogo de imagens, duas realidades que se justapõem e, ao mesmo tempo, se contradizem: uma representada pela nova concepção (constatação) percebida pelo narrador; a outra, representativa da sociedade – realidade imediata do sujeito. A primeira corresponde aquela através da qual ele se vê imerso e atrelado aos valores da outra, vislumbrada pelo segundo espelho. Nesse processo, a segunda realidade (do primeiro espelho) interpõe-se sobre a primeira (segundo espelho) e é o que permite ao protagonista refletir sobre sua condição (não autônoma) dentro da primeira realidade (social) de que ele faz parte.

Portanto, o conto em questão serve ao nosso intento já que conse-

que ilustrar o que, aqui, se adota como concepção de realidade. Esta corresponde ao que, dentro de um campo de possibilidades que se apresentam ao sujeito, este adota aquilo que lhe for mais pertinente, aquilo que lhe sirva para uma determinada funcionalidade e, como tal, aquilo que será adotado como própria realidade. Nesse sentido, a realidade refletida no espelho (quando da experimentação) figura como a verdade que o indivíduo recebe (já que lhe é imposta) e a concebe como sendo sua. O "visto" no espelho constitui, desse modo, aquilo que já se esperava ser visto, uma vez que esse "visto" já é, por si mesmo, a realidade de quem espera ver. Assim: "Pouco a pouco, no campo-de-vista do espelho, minha figura reproduzia – se -me lacunar, com atenuadas, quase apagadas de todo, aquelas partes excrescentes". (ROSA, p. 125)

Em busca de sua essência, o protagonista busca anular tais elementos exteriores que se lhe impõem e que, para ele, são responsáveis pelo "disfarce do rosto externo" (ROSA, p. 126). Sua "viagem" metafísica constitui, assim, a busca do desconhecido em relação a si mesmo, a busca daquilo que aniquila seu ser enquanto sujeito autônomo. Pois conforme Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012, p. 174): "A sociedade apresenta ao candidato à socialização um conjunto antecipadamente definido de outros significados, que ele tem de aceitar tais sem possibilidade de optar por outro arranjo".

Buscando validar uma constatação acerca da realidade imediata, o narrador-personagem, conscientemente, se desloca para um fenômeno cuja realidade estaria a um grau maior de distância, seja da vida cotidiana do ouvinte, seja da nossa (enquanto leitor). Esse narrador-personagem depara-se com uma situação-problema (descoberta) e sua reação - dentre as opções do seu campo de visão - é questionar a constatação e compartilhá-la com o seu suposto interlocutor (ouvinte) ou mesmo leitor, de modo que esta outra realidade - com a qual acabou de se deparar - seja percebida (e constatada) também por aquele (s) a quem ele se dirige.

O narrador tem consciência de que a incorporação da situação-problema (constatação) à realidade cotidiana requer uma conscientização (ou ação) não solitária, já que ele faz questão de fazer saber ao interlocutor a sua singular descoberta (ou reflexão):

Se quer seguir, narro-lhe; não uma aventura, mas experiência, a que me, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me. Surpreendo-me, porém um tanto à-parte de todos, penetrando conhecimento que os outros ainda ignoram. O senhor, por exemplo, que sabe e estuda suponho nem tenha ideia do que seja na verdade – um espelho? (ROSA, p. 119)

E ele engendra tal discussão valendo-se de um espelho como ilustração da pertinência da ideia (constatação) por ele defendida. Num jogo discursivo/ideológico, deixa tácita ao seu interlocutor a ideia de homem enquanto sujeito construído pela sociedade que o circunda, e a sua estratégia de convencimento recai sobre o referido espelho. O “espelho” pode ser visto aí como uma metáfora da sociedade na qual o sujeito se insere; a imagem refletida como representação desse indivíduo imerso nessa realidade social. Portanto, “espelho” figurando a sociedade que delimita e circunscribe o sujeito. Espelho esse (sociedade) em que o narrador (homem) se vê e se reconhece nela na medida em que ela se reflete quando reflete o sujeito.

Como se sabe, a imagem que se reflete em um espelho se apresenta “emoldurada” ou circunscrita por um “frame”. Nesse caso, a moldura figura aí como a estrutura social que delimita o sujeito, ajustando-o às normas, prescrições e princípios por ela instituídos. Por sua vez, a imagem refletida corresponde ao que é previamente delimitado (ou esperado) pelo indivíduo. Nesse caso, o foco do olhar recai sobre o que corresponde às expectativas do observador. O olhar incide sobre o que o sujeito espera ver; aquilo que, por seu turno, corresponde ao que a sociedade delimita e dá como válido.

Quem se olha em espelho, o faz partindo de preconceito afetivo, de um mais ou menos falaz pressuposto: ninguém se acha na verdade feio: quando muito, em certos momentos, desgostamo-nos por provisoriamente discrepantes de um ideal estético já aceito. Sou claro? O que se busca, então, é verificar, acertar, trabalhar um *modelo* subjetivo, preexistente; enfim ampliar o ilusório, mediante novas capas de ilusão. (ROSA, p. 123)

O narrador do conto tem consciência de que, ao se refletir no espelho, ele se depara com a imagem (realidade) que a sociedade legitimou como verdade, a qual ele, – até o momento antes da conscientização – adotara como sua realidade. E, diante de tal circunstância, a realidade imediata o impele a agir, visto que isso o incomoda enquanto ser que é, diferentemente dos outros, consciente. Circunstância essa previamente percebida e posta à prova apenas para ser ratificada e, conseqüentemente, alterada para outra possibilidade de visão de si mesmo. Isso se dá quando o cotidiano da realidade imediata é interrompido pelo aparecimento do problema: a tomada de consciência de si enquanto sujeito que anseia por autonomia. O que leva esse sujeito – inserido nessa realidade imediata – a integrar o problemático de tal circunstância à rotina não problemática da (sua) vida cotidiana:

Desde aí, comecei a procurar-me – ao eu por detrás de mim – à tona dos

espelhos, em sua lisa, funda lâmina, em seu lume frio. Isso, que se saiba, antes ninguém tentara. [...] Eu, porém, era um perquiridor imparcial, neutro absolutamente. O caçador do meu próprio aspecto formal, movido por curiosidade, quando não impessoal, desinteressada; para não dizer o urgir científico. Levei meses. (ROSA, 122-123)

Se, conforme Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012), a consciência é intencional, o olhar (no espelho) recai sobre aquilo que o sujeito já determinou (e espera) antes mesmo de se olhar. A realidade observada, vista corresponde à realidade anteriormente adotada pelo sujeito, a qual também não deixa de ser uma manifestação da realidade cotidiana: "Sendo assim, necessitava eu de transverberar o embuço, a travisagem daquela *máscara*, a fito de devassar o núcleo dessa nebulosa – a minha vera forma. Tinha de haver um jeito. Meditei-o. Assistiram-me seguras inspirações". (ROSA, p. 123)

Ciente disso, daí a necessidade do protagonista de simular uma projeção de anulação de si mesmo enquanto sujeito previamente definido:

Concluí que, interpenetrando-se no disfarce do *rosto externo* diversas componentes, meu problema seria o de submetê-las a um bloqueio “visual” ou anulamento perceptivo, a suspensão de uma por uma, desde as mais rudimentares, grosseiras, ou de inferior significado. Tomei o animal para começo. (ROSA, p. 124)

Diante do “bloqueio visual” ou “anulação perceptiva”, a então perplexidade diante do consumado da experiência – a perda da alienação. A surpresa ao constatar a plena conformidade ao que o homem é submetido: a um “entrecruzar de influências” (ROSA, p. 126) que, subtraídas, não lhe restava nada:

Um dia... [...] Simplesmente lhe digo que me olhei num espelho e não me vi. Não vi nada. [...] Eu não tinha formas, rosto? Apalpei-me, em muito. Mas, o invisto. O ficto. O sem evidência física. Eu era – o transparente contemplador?... [...]

E a terrível conclusão: não haveria em mim uma existência central, pessoal, autônoma? Seria eu um... des-almado? Então, o que se me fingia de um suposto *eu*, não era mais que [...] um entrecruzar-se de influências, e tudo o que mais na permanência se indefine? (ROSA, p. 126)

Assim, ao se deparar com o nada de imagem no espelho, com o vazio de si mesmo – enquanto imagem e enquanto ser – a constatação de que a existência do homem só se justifica enquanto ser inserido num grupo social, em meio a instituições que o antecedem e que lhe determinam papéis socialmente compartilhados; enfim, enquanto homem que se

constrói na medida em que é construído pela sociedade. O que corrobora as considerações de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012):

[...] Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer. [...] A biografia do indivíduo é aprendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade. [...] As instituições estão *ai*, exteriores a ele, persistentes em sua realidade, queira ou não. [...] Têm um poder coercitivo sobre ele, tanto por si mesmas, pela pura força de sua facticidade, quanto pelos mecanismos de controle geralmente ligados às mais importantes delas. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 84)

Daí talvez a constatação de que a identidade do sujeito é construída na medida em que é partilhada e construída por outros membros do grupo social do qual ele faz parte. A constatação de que a realidade do sujeito só se efetiva quando constituída da realidade social em que ele se insere e, paradoxalmente, também a constrói. Aí, sim, a identidade do sujeito se confunde com a própria realidade de que ele, enquanto ser social, é, conforme Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012), construído e construtor. Assim: “A identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada *juntamente com* este mundo”. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 171)

Não obstante a indignação diante do não-rostro (do nada), algo o surpreende: “Por um certo tempo, nada enxerguei. Só então, só depois: o tênue começo de um quanto como uma luz [...] Que luzinha, aquela, que de mim se emitia, para deter-se acolá, refletida, surpresa?” (ROSA, p. 127)

Essa “luz” que se mostra, porém - ou porque foge ao alcance de compreensão do narrador, ou porque ele se nega a revelar – fica no obscurantismo. Tarefa essa que ele delega ao interlocutor: “Se quiser, infira o senhor mesmo” (ROSA, p. 127). Essa “luz” talvez consiga figurar uma perspectiva de “mobilidade” do sujeito ante o constatado. Será que o seu refletir, o seu questionar diante do “velado” já não se mostra uma conquista? Esse olhar perquiridor, lançado ao interlocutor, não constitui também uma espécie de “luz” para uma futura conscientização?

Desse modo, todo esse procedimento do protagonista só se efetiva na medida em que ele, cômico da forma como a percepção da realidade se dá, se instrumentaliza do mesmo mecanismo de percepção dessa realidade: a simulação proporcionada por um “olhar” conscientemente alheio ao que se encontra envolto ao sujeito. O que ratifica a concepção bergsoniana, aqui, considerada:

Mas, era principalmente na *modus* de focar, na visão parcialmente alheada, que eu tinha de agilitar-me: *olhar não-vendo* (grifo meu). Sem ver o que, em “meu” rosto, não passava de *reliquat* bestial. Ia-o conseguindo? [...]

Saiba que eu perseguia uma realidade experimental, não uma hipótese imaginária. E digo-lhe que nessa operação fazia reais progressos. Pouco a pouco, *no campo-de-vista* (grifo meu) do espelho, minha figura reproduzia-se-me lacunar, com atenuadas, quase apagadas de todo, aquelas partes excrescentes. [...]

Como se vê, o grau de consciência do narrador se dá numa proporção tão elevada a ponto de, com o fito de fundamentar sua concepção, escolher um objeto como um “espelho” como ilustração da sua teoria. Nessa experiência específica, a imagem que se reflete no espelho constitui o foco em que o olhar do sujeito (personagem) incide; constitui, desse modo, o objeto de atenção porque previamente percebido e, por conseguinte, concebido como realidade desse sujeito.

Essa imagem que se revela ao sujeito (que observa) é aquela que é previamente concebida, resultante de uma percepção e, conseqüentemente, de uma consciência. Revela, portanto, uma imagem que ratifica tanto a expectativa quanto a concepção (de vida) previamente delimitada por esse indivíduo: o narrador (sujeito) vê o que já espera ver. A sua concepção de indivíduo delimitado pelas convenções sociais já se manifesta *a priori* na consciência do narrador e, como tal, a imagem refletida constitui, para ele, aquilo que ele, de antemão, já determinara (ou de que já tivera consciência).

Daí todo o cuidado com o “tempo” e com os “olhos”: “Ah, o tempo é o mágico de todas as traições... E os próprios olhos, de cada um de nós, padecem viciação de origem, defeitos com que cresceram e a que se afizeram, mais e mais”. (ROSA, p. 120)

O narrador tem consciência de que os olhos, conquanto elementos responsáveis pela visão (o enxergar), são os mesmos responsáveis pela “cegueira” na medida em que focalizam apenas aquilo que é do interesse ou da realidade imediata desse indivíduo. Os olhos orientam para um fim (objeto) que, por sua vez, é aferido por um sujeito que previamente o percebeu e o delimitou:

Os olhos, por enquanto, são a porta do engano; duvide deles, dos seus, não de mim. Ah, meu amigo, a espécie humana peleja para impor ao latente mundo um pouco de rotina e lógica, mas algo ou alguém de tudo faz frincha para rir-se da gente... E então? (ROSA, p. 120)

Olhos contra os olhos. Soube-o: os olhos da gente não têm fim. Só eles paravam imutáveis, no centro do segredo [...]. (ROSA, p. 123)

Nos trechos, patenteia-se a consciência de que o “enxergar” (ou visão) do indivíduo é delimitado pela realidade imediata (sociedade). Assim, o espelho reflete a imagem pré-concebida de alguém que intenta ver nada mais do que o reflexo. Se, por um lado, os olhos veem; por outro, eles “cegam”. Desse modo, o olho cujo papel é ver, apreender o veraz é, paradoxalmente, o elemento que induz ao engano. O olho é o que orienta ou direciona ao ponto de interesse do sujeito. É o responsável pela “cegueira” do indivíduo quando o desvia daquilo que não é do interesse da consciência. O olhar consegue obscurecer aquilo que o rodeia. Nesse sentido, o olho é aquilo no interior (ou na presença) dessa realidade cotidiana, consegue marcar sua ausência. A presença só se dá com aquilo que é centro (ou foco) de atenção do sujeito.

Então a constatação: se os olhos – que deveriam enxergar – enganam, isso se deve ao fato de que os olhos - enquanto elementos condicionados a uma resposta imediata ao corpo (de que eles fazem parte) - se dirigem (quando percebem) ao que de imediato seria uma resposta satisfatória ao corpo. Daí dizer que a percepção se dá somente na medida em que o objeto do campo de visão do sujeito responde satisfatoriamente ao que Henri Bergson chama "afecções" do corpo (desse sujeito).

Não obstante, se, por um lado, os "olhos" enganam; por outro, eles – paradoxalmente - figuram como o único instrumento de "desvio" em relação ao engano, uma vez que, diante da mudança ininterrupta da "máscara" social adotada pelo sujeito, os únicos elementos que se mostram constantes, imutáveis são "os olhos" - diferentemente das “outras componentes, contingentes e ilusivas” (ROSA, p. 125). Os olhos constituem, assim, o instrumento de "descoberta" do velado, a tentativa desvendar o "segredo" oculto ao próprio eu: "Soube-o: os olhos da gente não têm fim. Só eles paravam imutáveis, no centro do segredo. Se é que de mim não zombassem, para lá de uma máscara. Porque o resto, o rosto, mudava permanentemente". (ROSA, p. 123)

Daí os "olhos" permitirem, em circunstância rara, o sujeito adentrar o interior do espelho (em que o homem se reflete). Este instrumento, ainda que circunscrito pelo “frame” – aqui compreendido como a estrutura social -, nem sempre consegue controlar as “brechas” que se interpõem em certos “vãos” ou sobras da própria estrutura. E, como tal, alguns (bem poucos) indivíduos às vezes conseguem se infiltrar nesses hiatos garantindo, assim, uma relativa mobilidade dentro dessa estrutura. Afinal, o interior do espelho dá espaço a uma extensão, a um fundo (desconhecido) que, conquanto a limitação (ou enquadramento) do indivíduo a um todo

fechado, tal fundo permite-lhe uma rearticulação ou reajustamento interno que, se por um lado, não chega a impactar significativamente na estrutura como um todo, por outro lado chega a interferir decisivamente no processo de conscientização do sujeito.

E a postura do narrador se enquadra nesse perfil de homem que “desestabiliza” as estruturas convencionais, uma vez que, nesse processo de conscientização, ele metaforiza o indivíduo social que questiona as determinações externas. Ele consegue ser o sujeito que, dentro de um grupo específico, se “desvia” na medida em que reflete e se conscientiza da ordem a que é submetido. Assim como chama a atenção do interlocutor (e demais) quanto ao alheamento em que este vive:

O senhor, como os demais, não vê que seu rosto é apenas um movimento deceptivo, constante. Não vê, porque mal advertido, avezado; diria eu: ainda adormecido, sem desenvolver sequer as mais necessárias novas percepções. Não vê, como também não se veem, no comum, os movimentos translativo e rotatório deste planeta Terra, sobre que os seus e os meus pés assentam. Se quiser, não me desculpe; mas o senhor me compreende. (ROSA, p. 123)

Desse modo, a mobilidade do sujeito dá-se de maneira relativamente autônoma na medida em que ele supera (e questiona) aspectos da realidade imediata apenas para si mesmo. Contudo, tal mecanismo não chega a se efetivar na realidade cotidiana na medida em que não chega a desestruturar ou interferir mais diretamente no todo social. A mobilidade do personagem-narrador, por exemplo, só se dá no limite que se lhe permite a ordem social. Sua reflexão se efetiva apenas no âmbito de uma realidade deslocada. A interferência do sujeito se dá apenas enquanto ser consciente, reflexivo; enquanto sujeito que se reconhece nos limites de um sistema cuja estrutura o precede e, por conseguinte, se lhe impõe. Nesse sentido, o sujeito se revela autônomo enquanto alguém capaz de enxergar os mecanismos de uma estrutura que se orienta – e orienta – mediante ações ideologicamente veladas. A postura do narrador-personagem é aquela que, conforme Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012), caracteriza o “intelectual revolucionário”:

Assim como o intelectual que se afasta necessita de outros que o ajudem a manter suas definições discordantes da realidade, assim também o intelectual revolucionário necessita de outros para confirmar suas concepções dissidentes. (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 164)

Assim, a opção do personagem-narrador - por contar ao interlocutor (ou leitor) a experiência cujo resultado é dissonante daquele que a realidade social lhe imprime - ilustra a circunstância definida por Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2012) de que “O intelectual revo-

lucionário precisa de outros que mantenham para ele a realidade (isto é, a plausibilidade subjetiva em sua própria consciência da ideologia revolucionária)". (BERGER & LUCKMANN, 2012, p. 164)

O estado de consciência do narrador - assim como a sua interpelação ao suposto interlocutor (que também pode ser o leitor) diante da constatação - evidencia uma postura que contraria e subverte essa ordem social em que esse sujeito se insere. Ciente desse papel, eis a razão da simulação engendrada pelo narrador: despir-se da roupagem anteriormente estipulada por uma ordem social, desacomodar-se das "acomodações", desvencilhar-se das intervenções e imposições de uma sociedade que delimita, prescreve, enfim que define o homem. Tanto é que ele - o narrador - simula uma circunstância que o obriga a se "desviar" da constatação previamente assegurada:

Sendo assim, necessitava eu de transverberar o embuço, a travisagem daquela *máscara*, a fito de devassar o núcleo dessa nebulosa - a minha verdadeira forma. Tinha que haver um jeito. Meditei-o. Assistiram-me seguras inspirações. (ROSA, p. 123)

A constatação de que a identidade do sujeito é construída na medida em que é partilhada e construída somente com o grupo social do qual ele faz parte. A constatação de que a realidade do sujeito só se efetiva quando constituída da realidade social em que ele se insere e, paradoxalmente, também a constrói. O que evidencia a revelação de um indivíduo ideologicamente construído pela sociedade. Diante do consumado, fica a dúvida: se "a "vida" consiste em experiência extrema e séria [...] exigindo o consciente alijamento, o despojamento de tudo o que obstrui o crescer da alma [...]" (ROSA, p. 128). Se isso compromete, ou não, a autonomia ou a essência do ser (indivíduo), eis a questão: "*Você chegou a existir?*" Tarefa filosófica essa que nosso protagonista delega ao interlocutor.

Talvez aí a verdade - ou a essência do narrador - esteja nas mãos do menino: "E... Sim, vi, a mim mesmo, de novo, meu rosto, um rosto [...] E era não mais que: rostinho de menino, de menos-que-menino, só. Só". (ROSA, p. 127)

Pode-se arriscar a dizer, desse modo, que o horizonte espacial permitido pelo "fundo" do espelho consiste nessa "viagem simulada" quando o narrador se aventura em busca do encontro consigo mesmo, longe das interferências que lhe são imputadas socialmente. Contar tal experiência para o ouvinte se revela numa forma de objetivar essa realidade que, sendo só dele - da sua própria consciência -, precisa ser rea-

firmada ou validada como verdade que também se intenta legitimar.

"O Espelho" vislumbra, desse modo, a visão (percepção) na perspectiva que Henri Bergson ilustra: um "cone" que se afunila em direção ao que a sociedade adota como válido (ou verdade). O narrador-personagem, contudo, consegue se desviar do seu itinerário e se atentar um pouco ao que se encontra ao seu redor e, desse modo, consegue perceber aspectos que o rodeiam e que, no entanto, passam despercebidos pela maioria.

O empreendimento do nosso escritor com a aludida obra consegue fazer da ficção um instrumento que, não só promove uma reflexão mais aguda acerca de questões de ordem existencial e ideológica, como também – e, sobretudo – consegue, mediante a simulação com o "espelho", aqui discutida, fazer do leitor alguém que consiga se atentar às circunstâncias mais cotidianas e que, na maioria das vezes, nem são vistas (ou percebidas).

"O Espelho" consegue, desse modo, vislumbrar um procedimento que, talvez, somente a ficção seja capaz de empreender: deslocar o sujeito do itinerário costumeiro - para o qual os seus "olhos" sempre o orientam -, e lançar esse olhar, mais inquiridor, para aquilo que o circunda. Artifício esse de João Guimarães Rosa que vislumbra o que Franklin Leopoldo e Silva (1992) atribui à literatura: de ela conseguir ser o meio de nos fazer ver – ou alcançar – aquilo que, a olhos vistos, nem sempre são "apreendidos". Ou seja, a literatura de João Guimarães Rosa é capaz de nos fazer perceber aquilo que, embora ao nosso redor, sempre nos passa despercebido. Ela cumpre o papel de que, quando inseridos no "campo de imagens" (aludido por Henri Bergson), consigamos desviar-nos do nosso olhar em "cone" e passemos a enxergar o que a vida na sua realidade cotidiana não consegue nos mostrar. Assim, o "não-visto" passa a ser visto na possibilidade que só mesmo a literatura é capaz de permitir. Rosa remete-nos, por conseguinte, a uma visão menos limitada e menos imediatista de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso: história e literatura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BITTERBIER, Solange. A percepção consciente segundo Bergson. *Cadernos da Graduação*, Campinas, n. 8, p. 259-266, 2010. Disponível em:

<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cadernosgraduacao/article/view/551/435>>.

_____. Tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 19-32.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é Ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Bergson, Proust: tensões do tempo. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 141-154.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2008.